

Posse de Escravos e Estrutura da Riqueza no Agreste e Sertão de Pernambuco: 1777-1887

Flávio Rabelo Versiani

Professor do Departamento de Economia da
Universidade de Brasília

José Raimundo Oliveira Vergolino

Professor do Departamento de Economia da
Universidade Federal de Pernambuco

RESUMO

O artigo reporta achados de um programa de pesquisa em andamento sobre as características do escravismo em Pernambuco, com ênfase no século XIX. A partir da evidência de que uma parcela significativa do estoque de escravos da província estava localizada, no período, fora de sua área açucareira - ou seja, no Agreste e no Sertão - investigam-se as características de tais escravos, a partir de dados de inventários post mortem. Verifica-se que os escravos no Agreste e Sertão (i) em geral pertenciam a pequenos plantéis; (ii) tinham o perfil demográfico esperado de cativos comprados para utilização produtiva; (iii) constituíam proporção preponderante dos ativos inventariados, em valor, mesmo depois do significativo aumento nos preços de escravos, na segunda metade do século. Esses achados contrariam a idéia, comumente expressa na literatura, de que algodão e gado, as atividades produtivas típicas do Agreste e Sertão, não pudessem ser explorados com uso de trabalho escravo, e reforçam evidências de outros autores sobre a importância da escravidão de pequenos plantéis, no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE

Escravidão, Brasil, trabalho escravo, Brasil, Nordeste.

ABSTRACT

The article is a progress report on an on-going research program on slavery in the Brazilian Northeast. The characteristics of slave labor outside the coastal sugar zone of Pernambuco province are investigated. It is found that there were significant slave holdings in the cattle-raising, cotton-growing regions of the province, in the backlands, contrary to a commonly-held belief that those activities were not suited to be performed by slave labor. Slave holdings were generally small; and the demographic profile of the slave population was that expected of a labor force productively used by profit-maximizing slave-owners. The proportion of the value of slave holdings in total assets is surprisingly high, and does not tend to decrease after the sharp increase in slave prices in the second half of the nineteenth century. Those findings add to the increasing evidence, in the literature, on the importance of small slave holdings in Brazil.

KEY WORDS

Slavery, Brazil, slave labor, Brazilian Northeast

JEL Classification
N36

INTRODUÇÃO

O presente artigo reporta achados de um programa de pesquisa em andamento sobre as características do escravismo em Pernambuco, com ênfase no século XIX. O programa explora a evidência existente em registros cartoriais, especialmente inventários, disponíveis para praticamente todas as áreas da então província, no período considerado.¹ A existência de tais dados permite efetuar comparações sistemáticas entre os atributos do escravismo nas três zonas fisiográficas da região - Mata, Agreste e Sertão -, cada uma delas com estrutura produtiva bem diferenciada, e também com o escravismo urbano da cidade do Recife.

A relevância maior dessas comparações reside no fato de que elas podem contribuir para iluminar algumas questões fundamentais relativas à natureza do escravismo brasileiro. A visão tradicional sobre a escravidão no Brasil - em consonância, aliás, com a literatura internacional - privilegiava a relação entre uso do trabalho escravo e produção agrícola extensiva voltada à exportação (a chamada agricultura de *plantation*). Mais recentemente, no entanto, diversos trabalhos têm contribuído para traçar um quadro bem mais complexo e diversificado do fenômeno do escravismo entre nós, pon-do em relevo a importância relativa de pequenos proprietários de escravos, e a utilização de mão-de-obra cativa numa vasta gama de atividades produtivas.² Isso coloca questões novas, e abre uma área ampla de investigação. A diversidade de situações encontrada em Pernambuco, no século XIX, no que toca à estrutura produtiva e a formas de organização da produção e do trabalho constitui-se, assim, numa vantagem, do ponto de vista da análise comparativa dos vários tipos de escravismo.

1 Os documentos pesquisados fazem parte do acervo do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano - IAHGP.

2 Ver, entre outros trabalhos: PAIVA (1996) e BERGAD (1999), sobre Minas Gerais; SCHWARTZ (1982; 1985) e BARICKMAN (1998), sobre a Bahia; LUNA & COSTA (1983), COSTA & NOZOE (1989), LUNA (1998), MARCONDES, (1998; 2001) e BACELLAR (2000), sobre São Paulo. LUNA & KLEIN (2002), em comunicação ainda não publicada, cotejaram os casos de Minas e São Paulo, na primeira metade do século XIX. Cf. também a evidência não quantitativa em VERSIANI (2000).

A partir da evidência, examinada abaixo, de que uma parcela significativa do estoque de escravos da província estava localizada, no período, fora de sua área açucareira - ou seja, não na Zona da Mata, mas no Agreste e no Sertão -, várias questões de interesse se colocam. Em que se aplicava a mão-de-obra escrava não ligada à produção extensiva de cana-de-açúcar? Quem eram, tipicamente, os seus proprietários? O que se pode dizer sobre a racionalidade econômica do uso de escravos em atividades onde a produção se desenvolvia em forma bem distinta do regime típico de *plantation*? O que sugere a comparação entre o escravismo do açúcar e o das outras regiões da província? Essas são algumas das perguntas para cuja resposta o referido programa de pesquisas pretende fornecer elementos.

Trabalho anterior focalizou características da posse de escravos na região do Agreste, caracterizada, no período considerado, por uma estrutura produtiva voltada essencialmente à produção agrícola alimentar (tanto para autoconsumo quanto para abastecimento da zona litorânea), ao cultivo do algodão e à criação de gado, atividades muitas vezes desenvolvidas simultaneamente numa mesma propriedade.³ O presente trabalho centra-se numa comparação entre o Agreste e o Sertão semi-árido, onde predominava a atividade criatória.

O trabalho se organiza da seguinte forma. A próxima seção revê aspectos da literatura sobre a economia do escravismo relevantes para o nosso propósito. A seguir, descrevem-se os traços principais da estrutura produtiva das duas zonas fisiográficas consideradas (2ª seção). Passa-se, em seguida, à apresentação de resultados derivados da análise de dados primários, comparando o Agreste e o Sertão quanto aos padrões de posse de escravos (3ª seção), à estrutura demográfica da população escrava (4ª seção), e à composição da riqueza, com destaque para a o peso relativo dos escravos possuídos nos ativos totais (6ª seção). A relevância de nossos achados com respeito à questão de uma suposta incompatibilidade entre trabalho escravo e pecuária é examinada a seguir. A última seção reúne as conclusões da análise.

3 Ver: VERSIANI & VERGOLINO (2000).

1. ESCRAVISMO E TEORIA ECONÔMICA⁴

Indagações sobre a racionalidade econômica do uso de mão-de-obra escrava levaram vários autores a desenvolver argumentos visando demonstrar a superioridade do trabalho escravo sobre o livre, em certas circunstâncias. A proposição de que a mão-de-obra escrava é, dentro de certos limites e mantidos os demais fatores constantes, **mais** produtiva do que a livre está presente, sob diversas formas, na moderna literatura sobre escravismo.

No livro clássico de Fogel e Engerman (1974, cap. 6), por exemplo, a superioridade do trabalho escravo é vista como decorrência de economias de escala obtidas na organização do trabalho agrícola em equipes de escravos, envolvendo detalhada especialização de tarefas. Tal superioridade seria evidenciada, portanto, apenas na produção em grande escala, ou seja, nas grandes plantações do Sul dos Estados Unidos.

Um argumento alternativo, e mais geral, decorre da óbvia constatação de que enquanto no caso do trabalho livre a decisão entre lazer e trabalho é feita pelo próprio trabalhador, a partir de uma comparação dos custos e benefícios de um período adicional de trabalho, no caso da escravidão essa decisão cabe ao proprietário; e nesse caso o tempo de trabalho diário pode ser aproximado do máximo biológico, mediante aplicação (ou ameaça de aplicação) da coerção física. Dado um comportamento maximizador do senhor de escravos, é de se esperar que o tempo do trabalho do escravo tenda a aproximar-se desse máximo, enquanto para o trabalhador livre a jornada de trabalho será tipicamente menor. A decisão racional sobre o uso de uma ou outra forma de trabalho decorrerá de um cotejo de seus custos, mas levando em conta essa produtividade diferencial. (DOMAR, 1970; BARZEL, 1977)

Nesse contexto, cabe a indagação: será possível, em todos os casos, usar a coerção como forma de forçar o trabalhador escravo a atingir o desempenho desejado por seu senhor? Aqui é relevante a argumentação desenvolvida por Fenoaltea (1984). Este autor distinguiu dois tipos polares de ativi-

4 Sobre o argumento desta seção, ver VERSIANI (1994).

dades produtivas, na análise do trabalho escravo: de um lado, as atividades “intensivas em esforço”, que requerem basicamente força física. O exercício de tais tarefas é normalmente associado a modos de organização do trabalho - geralmente em turmas de trabalhadores, ligadas a um supervisor ou feitor - que facilitem a fiscalização da execução e a aferição dos resultados. O cortador de cana ou capinador de um cafezal, na grande lavoura escravista, executam tarefas basicamente intensivas em esforço. A avaliação do desempenho do executante pode, nesse caso, ser feita, em geral, sob forma quantitativa: tantos pés de cana cortados, tantas covas abertas etc.

No outro extremo, tarefas “intensivas em habilidade” são aquelas em que a qualidade de execução é fundamental: o resultado do trabalho não pode aqui ser aferido apenas pela quantidade do produto obtido. Dentro das esferas de atividade onde se desenvolveu a economia escravista no Brasil, diversas tarefas seriam classificáveis como intensivas em habilidade, como as ligadas ao fabrico do açúcar, nos engenhos; ou ao tratamento do cascalho das jazidas, para coleta dos fragmentos de ouro ou dos diamantes, na mineração; ou às atividades de artesãos e de escravos domésticos; ou ao trato do gado, nas fazendas de criação etc.

Esse raciocínio introduz uma qualificação no argumento de Domar-Barzel: a superioridade do trabalho escravo, associada à maior duração da jornada de trabalho, só pode ser obtida quando a coerção for viável; e ela só será viável em atividades intensivas em esforço. Seria impossível garantir a boa execução de uma atividade intensiva em habilidade mediante castigos ou ameaças, mesmo pela dificuldade de aferir, de forma imediata, a qualidade dos resultados: há aqui um problema de informação assimétrica entre o agente da atividade produtiva e seu proprietário, ou patrão (cf. KAHN, 1992). Será em geral mais eficiente, nesse caso, angariar a cooperação desse agente com recompensas, antes que por coerção.

Conclui-se que a vantagem comparativa da mão-de-obra escrava, em relação ao trabalho livre, deve ser maior nas atividades em que predominem tarefas intensivas em esforço, onde a coerção seja factível. A agricultura de *plantation* é, sem dúvida, uma dessas atividades. Assim, o argumento de Domar-Barzel fornece - assim como o de Fogel-Engerman - uma racional-

lização para o uso do trabalho escravo, no caso da grande lavoura. Ambas as argumentações (que não são, a rigor, mutuamente excludentes) convergem para demonstrar que o grande produtor agrícola, movido pelo objetivo de minimizar os custos de produção, pode ser levado, em certos casos, a preferir utilizar-se da mão-de-obra escrava, em lugar da livre.

Resta, no entanto, a questão: como racionalizar a ocorrência de escravidão em atividades distintas de agricultura de *plantation*? Qual o ganho potencial do senhor de escravos em usar trabalho cativo, em lugar de mão-de-obra livre, nos vários outros tipos de atividade onde predominavam tarefas intensivas em habilidade, e que em geral envolviam formas de organização do trabalho bem distintas do caso da grande lavoura escravista - e onde a escravatura aparentemente prosperou, no Brasil?

Não há resposta clara para essa questão. Uma racionalização possível decorreria da constatação, feita por diversos observadores da sociedade brasileira no século XIX, de que o fato de determinada tarefa ser comumente exercida por escravos pode fazer com que ela passe a ser considerada pouco digna de ser cumprida por um homem livre. Ou seja, a própria existência de trabalho escravo tornaria pouco elástica a oferta de trabalho livre, para o desempenho das mesmas tarefas: dado que, por alguma razão, certo tipo de trabalho tenha sido atribuído a escravos, daí por diante tornar-se-ia difícil (ou muito mais caro) que ele passasse a ser feito por trabalhadores assalariados. É uma hipótese plausível, embora não seja fácil verificá-la empiricamente.

O fato é que se sabe muito pouco acerca das características das formas “não-*plantation*” de utilização de trabalho escravo, no Brasil, o que faz tanto mais necessária a investigação desse tema. Essa é a motivação central do programa de pesquisa de que o presente artigo é parte.

2. O AGRESTE E O SERTÃO

Como se sabe, a colonização do Nordeste brasileiro, já a partir da primeira metade do século XVI, relacionou-se essencialmente à expansão do cultivo

do açúcar, numa faixa de terras relativamente estreita, ao longo do litoral: a chamada Zona da Mata.⁵ A ocupação do interior da região, a oeste, decorreu da necessidade de abastecimento da área açucareira de animais e víveres. A parte mais ocidental, o chamado Sertão, de clima semi-árido, foi principalmente ocupada por grandes propriedades dedicadas à criação de gado. Na zona intermediária entre o Sertão e a Mata - o Agreste - desenvolveram-se culturas alimentares, além do gado; a partir da segunda metade do século XVIII, difundiu-se aí também o plantio de algodão, que encontrou nessa área condições ecologicamente favoráveis. Com o crescimento da demanda internacional por esse produto, o Agreste passa a ter acesso direto ao mercado exportador, principalmente em fases, como durante as Guerras Napoleônicas e a Guerra da Secessão americana, em que se reduzia a oferta de algodão por outros países.

A economia do Agreste evoluiu, assim, para uma estrutura produtiva mais diversificada - algodão, lavoura de alimentos e gado -, em contraste com a Mata, onde predominava a cana-de-açúcar, e o Sertão, mais voltado à atividade criatória. Não havendo antagonismo entre as atividades exploradas no Agreste (ao contrário, o algodão se presta ao cultivo intercalar com o milho, o feijão e a mandioca; e o restolho dessas plantações, após a colheita, pode servir de alimento ao gado, assim como a “torta” derivada do processamento da semente do algodoeiro), elas freqüentemente conviviam na mesma propriedade, e muitas vezes em sítios de pequena extensão, pois economias de escala não são relevantes nessas atividades.

No Sertão, a diversificação produtiva foi muito menor, e restrita, no período que aqui nos interessa, principalmente à agricultura de subsistência e ao cultivo, nas “ilhas” de maior unidade, como na região do Araripe, de cana-de-açúcar (alimentando pequenos “engenhos de rapadura”, voltados ao consumo local), algodão ou café.

A introdução de mão-de-obra escrava no Nordeste relacionou-se, como é bem sabido, com o cultivo da cana-de-açúcar. Em conseqüência, o foco da literatura sobre o escravismo nordestino recaiu, naturalmente, sobre enge-

5 Sobre esta seção, v. FURTADO (1976[1959]) e M.C. ANDRADE(1998[1963];1979).

nhos, casas-grandes e senzalas. A literatura frequentemente transmite a impressão de que o uso de mão-de-obra escrava na região, ao longo do século XIX, estava fundamentalmente concentrado na Zona da Mata, o que é reforçado pelos conhecidos relatos de viajantes estrangeiros que estiveram nessa parte do País no século XIX, como Henry Koster (1942[1816]) - tão citado por Gilberto Freyre -, e que se referem, preponderantemente, à sociedade e economia litorâneas, e à escravidão do açúcar.

Para alguns, haveria de fato um antagonismo entre trabalho escravo e as atividades básicas da região não-açucareira do Nordeste: o cultivo de algodão e criação de gado. Isso sem dúvida decorre de uma identificação entre uso de mão-de-obra cativa e o exercício de tarefas intensivas em esforço, executadas ordenadamente sob a vigilância de um feitor. Cuidar do gado não envolve, obviamente, tarefas desse tipo; daí autores como Néelson Werneck Sodré terem proclamado a “incompatibilidade” entre pecuária e trabalho escravo. (SODRÉ, 1962, p. 123) No que se refere ao algodão, Manuel Correia de Andrade, baseando-se num raciocínio análogo (o fato de que o cultivo do algodão, ao contrário do caso da cana-de-açúcar, não exige trato constante, executado sistematicamente ao longo de todo o ano) concluiu que não valeria a pena comprar escravos caros e usar sua força de trabalho apenas durante parte do tempo. (M.C. ANDRADE, 1998[1963], p. 94)

No entanto, como se refere a seguir, havia de fato muitos escravos no Agreste e no Sertão, aparentemente engajados em tarefas ligadas à produção algodoeira e pecuária.

3. ESCRAVOS NO AGRESTE E NO SERTÃO

Levantamentos populacionais feitos pelas autoridades provinciais em 1827, e novamente no início da década de 1840, indicam que não menos de 28% dos escravos de Pernambuco estavam em municípios do Agreste, e 5% a 9% no Sertão. (FIGUEIRA DE MELLO, 1979[1852]; VERSIANI & VERGOLINO, 2000) Os números do Censo de 1872 ratificam a importância substancial da massa escrava fora da área açucareira: 23% dos escravos da província correspondiam a municípios do Agreste e 8% ao Sertão.⁶

Ou seja, a mão-de-obra cativa fora da Zona da Mata correspondia a algo entre 30% e 40% do total de Pernambuco, ao longo do século XIX. Considerável parcela dos escravos da província não estava, assim, ligada à grande unidade açucareira.

Quais as características dessa massa escrava e de seus proprietários? No que se segue, usaremos dados recolhidos em inventários *post mortem*, provenientes de cartórios de comarcas do Agreste e do Sertão, com o propósito de esclarecer essas questões.

Foram levantados dados de 647 inventários, 444 da região do Agreste e 203 do Sertão. No caso do Agreste, os documentos procedem de uma área bastante ampla, correspondente aos municípios ao redor das atuais cidades de Pesqueira, ao norte, e Garanhuns, ao sul do Estado. É uma área voltada, no século XIX, à típica produção diversificada do Agreste: gado, algodão e lavoura de subsistência. Nas partes mais úmidas, como perto de Garanhuns, a agricultura se expandia mais; nas menos férteis, predominava o gado. Os inventários do Sertão provêm principalmente da região hoje vizinha de Cabrobó e Flores, ao sul do Estado. Na época, uma área essencialmente de criação de gado.⁷

As Tabelas 1 e 2 mostram o padrão de propriedade de escravos revelado pelos inventários. Vê-se que tanto no Agreste como no Sertão predominava um escravismo de pequenos proprietários. A relação média de escravos por proprietário é de 8,1, nos inventários do Agreste, e 6,8, no Sertão, marcando um contraste acentuado com as várias dezenas de escravos mantidas por um engenho típico, na Zona da Mata.⁸ Verifica-se, nessas

6 Porcentagens computadas a partir de dados em Estatística do Brasil: 214-215. A Zona da Mata é definida pelos então municípios de Recife, Paudalho, Nazaré, Goiana, Itambé, Olinda, Igarassu, Cabo, Ipojuca, Vitória, Escada, Serinhaém, Gameleira, Rio Formoso, Barreiros, e Água Preta; o Agreste, pelos municípios de Limoeiro, Caruaru, São Bento, Bonito, Bezerros, Bom Conselho, Garanhuns, Buíque, Brejo, Cimbres e Bom Jardim; e o Sertão pelos municípios de Vila Bela, Flores, Triunfo, Ingazeira, Tacaratu, Floresta, Cabrobó, Exu, Salgueiro, Boa Vista, Ouricuri e Águas Belas.

7 Dos 647 inventários, 102 se referem ao período 1777-1819 (62 do Agreste e 40 do Sertão), 218 ao período 1820-1849 (106 do Agreste, 112 do Sertão), e 327 ao período 1850-1887 (276 do Agreste, 51 do Sertão).

8 Medida pelo índice de Gini (computado entre estratos), a concentração da posse de escravos, nos dados das Tabelas 1 e 2, é de 0,529 (Agreste) e 0,385 (Sertão).

tabelas, que quase dois terços dos escravos pertenciam a senhores que tinham não mais que 20 cativos, no Agreste; essa proporção sobe a cerca de 90% no caso de inventários do Sertão. Quanto ao tamanho do plantel por proprietário, vê-se que, em ambas as regiões, mais da metade dos senhores tinha 5 ou menos escravos; e mais de 80% deles tinha 10 ou menos escravos. Isso sugere que a mão-de-obra escrava estaria associada ao processo produtivo, no Agreste e no Sertão, de forma inteiramente diferente daquela descrita na ampla literatura sobre o complexo casa-grande e senzala.

TABELA 1 - PERNAMBUCO: PADRÃO DE PROPRIEDADE DE ESCRAVOS EM INVENTÁRIOS DO AGRESTE, 1770-1887

Tamanho do Plantel de Escravos	Inventários			Escravos Inventariados		
	Número	Proporção do Total (%) (Inventários Com Escravos)	Proporção Acumulada (%)	Número	Proporção do Total (%)	Proporção Acumulada (%)
Sem escravos	121	---	---	---	---	---
1 a 5	177	54,8	54,8	426	16,4	16,4
6 a 10	88	27,3	82,1	659	25,4	41,8
11 a 20	37	11,5	93,6	513	19,7	61,5
Mais de 20	21	6,5	100,0	1.001	38,5	100,0
Total	444	100,0		2.599	100,0	

Fonte: elaboração própria, a partir da amostra de inventários, IAHPG.

TABELA 2 - PERNAMBUCO: PADRÃO DE PROPRIEDADE DE ESCRAVOS EM INVENTÁRIOS DO SERTÃO, 1770-1887

Tamanho do Plantel de Escravos	Inventários			Escravos Inventariados		
	Número	Proporção do Total (%) (Inventários Com Escravos)	Proporção Acumulada (%)	Número	Proporção do Total (%)	Proporção Acumulada (%)
Sem escravos	34	---	---	---	---	---
1 a 5	89	52,7	52,7	251	21,9	21,9
6 a 10	50	29,6	82,3	392	34,3	56,2
11 a 20	26	15,4	97,7	379	33,1	89,3
Mais de 20	4	2,4	100,0	122	10,7	100,0
Total	203	100,0		1.144	100,0	

Fonte: elaboração própria, a partir da amostra de inventários, IAHPG.

É evidente que os indivíduos inventariados constituem uma amostra imperfeita da população respectiva, especialmente por sub-representarem os estratos de renda mais baixa, onde a ausência ou escassez de bens de falecido não justificaria um inventário. Nesse sentido, é conveniente usar com cautela dados derivados desse tipo de fonte. Por outro lado, pode-se razoavelmente supor que os inventários proporcionam uma amostra não-viesada da população acima de certo nível de renda ou riqueza. É, portanto, relevante a informação, derivada das Tabelas 1 e 2, relativa à proporção dos que possuem escravos, entre os inventariados: ela pode ser tomada como um indicador do grau de difusão da posse de escravos entre a parcela da população que era proprietária de bens, especialmente bens de raiz. No caso das regiões em exame, isso significava, no mais das vezes, terras de cultivo ou criação. Assim, o fato de que cerca de 73% dos inventariados, no Agreste, e 83%, no Sertão, fossem proprietários de escravos pode ser visto como um sinal de uma disseminação bastante ampla, ao menos entre os não-pobres, da posse de escravos. Em particular, tudo indica que quem tinha terras, no Agreste e no Sertão - e era, portanto, com toda probabilidade, produtor agrícola -, em geral era dono de escravos. Ter escravos, na região não açucareira da província, longe de ser um fenômeno excepcional, era, a julgar pelos dados dos inventários, um fato de ocorrência generalizada.

Com respeito à questão da inserção desses escravos no processo produtivo, é relevante examinar alguns elementos da estrutura demográfica da população escrava.

4. PERFIL DEMOGRÁFICO DA POPULAÇÃO ESCRAVA: AGRESTE E SERTÃO

Sabe-se que a taxa de natalidade entre os escravos brasileiros era, em geral, insuficiente para superar a taxa de mortalidade, de forma que a manutenção de um dado estoque de mão-de-obra forçada, numa unidade produtiva, dependia de um fluxo de aquisições, tipicamente proveniente da importação. E no tráfico de escravos a proporção de cativos jovens do sexo masculino era preponderante. Sendo assim, o perfil demográfico da massa es-

crava quanto a sexo, idade e nacionalidade pode fornecer pistas sobre sua utilização produtiva.

As Tabelas 3 a 8 mostram algumas características demográficas dos escravos no Agreste e no Sertão. Estabeleceu-se um corte temporal, definido pelo término do tráfico transatlântico de escravos; serão considerados, assim, os períodos 1770-1849 e 1850-1888.

TABELA 3-A - ESTRUTURA DEMOGRÁFICA DA POPULAÇÃO ESCRAVA EM INVENTÁRIOS DO AGRESTE, 1770-1887 (VALORES ABSOLUTOS)

Faixas de Idade	1770-1849			1850-1887		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
De 0 a 14	238	238	476	93	95	188
De 15 a 40	441	272	713	165	134	299
De 41 e +	104	55	159	98	71	169
Total	783	565	1.348	356	300	656

TABELA 3-B - ESTRUTURA DEMOGRÁFICA DA POPULAÇÃO ESCRAVA EM INVENTÁRIOS DO AGRESTE, 1770-1887 (PORCENTAGENS)

Faixas de Idade	1770-1849			1850-1887		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
De 0 a 14	30,4	42,1	35,3	26,1	31,7	28,7
De 15 a 40	56,3	48,1	52,9	46,4	44,7	45,6
De 41 e +	13,3	9,7	11,8	27,5	23,7	25,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Agreste - No que se refere à estrutura demográfica da população escrava do Agreste (Tabelas 3 a 5), cabem as seguintes observações:

- a) Nota-se, no período 1770-1850, uma concentração de escravos na faixa etária mais produtiva, de 15 a 40 anos, mais pronunciada no caso dos homens (56,3%) do que das mulheres (48,1%); ver as Tabelas 3-A e 3-B. Isso é coerente com a existência de um fluxo

continuado de aquisições de escravos, jovens e do sexo masculino, para uso na atividade produtiva. No período posterior à abolição do tráfico (1850-1887) essas porcentagens se reduzem, havendo um envelhecimento relativo do plantel de escravos, com aumento da participação da faixa de 41 anos e mais (embora a pirâmide etária permaneça “deformada”, com predominância de escravos e escravas de 15 a 40 anos). Tal envelhecimento pode ser visto como resultante tanto da falta de reposição de escravos pela importação como da venda de escravos na faixa etária mais produtiva para fora da região ou da província; como se sabe, houve um fluxo expressivo de vendas de escravos do Norte para o Sul do País, nesse período.

TABELA 4-A - ESTRUTURA DEMOGRÁFICA DA POPULAÇÃO ESCRAVA EM INVENTÁRIOS DO AGRESTE, POR SEXO, 1770-1849 (VALORES ABSOLUTOS)

Faixas de Idade	Homens			Mulheres		
	Brasileiros	Africanos	Total	Brasileiras	Africanas	Total
De 0 a 14	222	16	238	223	15	238
De 15 a 40	152	289	441	165	107	272
De 41 e +	32	72	104	24	31	55
Total	406	377	783	412	153	565

TABELA 4-B - ESTRUTURA DEMOGRÁFICA DA POPULAÇÃO ESCRAVA EM INVENTÁRIOS DO AGRESTE, POR SEXO, 1770-1849 (PORCENTAGENS)

Faixas de Idade	Homens			Mulheres		
	Brasileiros	Africanos	Total	Brasileiras	Africanas	Total
De 0 a 14	93,7	6,7	100,0	93,7	6,3	100,0
De 15 a 40	34,5	65,5	100,0	60,7	39,3	100,0
De 41 e +	30,8	69,2	100,0	43,6	56,4	100,0
Total	51,9	48,2	100,0	72,9	27,1	100,0

TABELA 5-A - ESTRUTURA DEMOGRÁFICA DA POPULAÇÃO ESCRAVA EM INVENTÁRIOS DO AGRESTE, POR SEXO, 1850-1887 (VALORES ABSOLUTOS)

Faixas de Idade	Homens			Mulheres		
	Brasileiros	Africanos	Total	Brasileiras	Africanas	Total
De 0 a 14	93	0	93	94	1	95
De 15 a 40	142	23	165	122	12	134
De 41 e +	32	66	98	38	33	71
Total	267	89	356	254	46	300

TABELA 5-B - ESTRUTURA DEMOGRÁFICA DA POPULAÇÃO ESCRAVA EM INVENTÁRIOS DO AGRESTE, POR SEXO, 1850-1887 (PORCENTAGENS)

Faixas de Idade	Homens			Mulheres		
	Brasileiros	Africanos	Total	Brasileiros	Africanos	Total
De 0 a 14	100,0	-	100,0	99,0	1,1	100,0
De 15 a 40	86,1	13,9	100,0	91,0	9,0	100,0
De 41 e +	32,7	67,4	100,0	53,5	46,5	100,0
Total	75,0	25,0	100,0	84,7	15,3	100,0

Fonte: elaboração própria, a partir da amostra de inventários, IAHG.P.

b) Entre os escravos abaixo de 14 anos, nota-se o típico equilíbrio entre os sexos observado em populações livres, refletindo a baixa incidência de crianças no tráfico externo (notar o amplo predomínio de nascidos no Brasil nessa faixa etária, nas Tabelas 4 e 5). Já na faixa produtiva, de 15 a 40 anos, há, como esperado, um alto índice de masculinidade (número de homens por 100 mulheres): 162, antes de 1850, baixando para 123, depois da abolição do tráfico.⁹ Esses índices são comparáveis aos observados, nesses períodos, para a população escrava da província como um todo (cf. EISENBERG, 1974, Tab. 24).

É interessante observar que o índice de masculinidade entre os escravos nascidos no Brasil é muito inferior ao dos escravos africanos; de fato, o

⁹ Índices calculados a partir da Tabela 3-A.

número de escravas crioulas (165) chega a superar o de crioulos (152), no período antes de 1850, como se nota na Tabela 4-A. Isso sugere que a prevalência de escravos do sexo masculino nos plantéis seria um fenômeno mais associado à oferta de escravos do que à procura. Ou seja, os proprietários de escravos do Agreste não teriam preferência pelo gênero da força de trabalho cativa; mas, à medida que tivessem que recorrer ao mercado, sendo os escravos à venda predominantemente do sexo masculino, seriam levados a comprar mais escravos do que escravas, o que faria subir a taxa de masculinidade de seus plantéis. Essa possibilidade é coerente com um argumento presente na moderna literatura sobre o comércio internacional de escravos, segundo o qual a proporção de sexos, no tráfico, era determinada basicamente por variáveis que influíam na oferta de escravos pelos mercadores africanos.¹⁰ Embora não seja claro que para o exercício de tarefas intensivas em esforço, como na lavoura do açúcar, os compradores fossem indiferentes quanto ao sexo dos escravos, tal argumento é mais fácil de aceitar nos tipos de atividade produtiva que prevaleciam no Agreste. Na lavoura do algodão, por exemplo, era comum o uso de mão-de-obra feminina. (M. C. ANDRADE, 1998[1963], p. 94)

Ainda com respeito ao índice de masculinidade, observa-se que ele é mais alto na faixa etária acima de 40 anos do que na faixa produtiva - de 15 a 40 anos -, tanto no período anterior a 1850 quanto no período seguinte.¹¹ Não há uma explicação imediata para esse achado, que contrasta com a evidência usual de maior longevidade no sexo feminino. Poder-se-ia pensar que isso fosse resultado da concessão de alforrias, em geral mais freqüente para escravas do que para escravos (por ex.: MATTOSO, 1972), mas uma conclusão a respeito terá que aguardar maiores pesquisas.

- c) Há grande predominância de escravos africanos, antes de 1850, tanto na faixa etária mais produtiva (65,5% do total) quanto entre os

10 Em seu *survey* recente sobre o tráfico atlântico, Herbert Klein afirma: “*Though the literature is filled with contemporary and later accounts of the kind of slaves planters and slave traders demanded, in fact it was the African suppliers that determined the age and sex of the slaves who were shipped.*” (KLEIN, 1999, p. 162)

11 Os números das Tabelas 3-A e 3-B fornecem os seguintes índices de masculinidade, para a faixa etária acima de 40 anos: 189 (período 1770-1850) e 138 (período 1851-1888). Como visto acima, os índices correspondentes para a faixa 15-40 anos são 162 e 123, respectivamente.

maiores de 40 anos (69,2%), sinalizando também o recurso continuado à importação de escravos (v. a Tabela 4-B). As porcentagens correspondentes são inferiores para o sexo feminino (39,3% e 56,4%), o que é coerente com a preponderância de escravos sobre escravas no tráfico. Como esperado, a proporção de africanos decresce drasticamente depois de 1850, na faixa etária de 15 a 40 anos, embora permaneça alta para os homens maiores de 40 anos (Tab. 5-B).

Sertão - Quanto à estrutura demográfica da massa escrava do Sertão (Tabelas 6 a 8), ressaltam os seguintes pontos:

- a) Há também uma predominância da faixa etária de 15 a 40 anos entre os escravos do sexo masculino, antes de 1850 (45,7% do total: cf. Tabela 6-B), embora menos pronunciada do que no Agreste. Já no caso das escravas, a faixa etária de 0 a 14 anos é a mais numerosa, tanto antes como depois de 1850. No período posterior a 1850, o que chama mais atenção é a queda pronunciada (para 28,8%) na proporção de cativos do sexo masculino em idade produtiva. Este dado é coerente com o que se sabe da evolução da economia da região, nesse período: as desastrosas estiagens ocorridas na segunda metade do século tiveram forte impacto no Sertão, sendo razoável supor uma maior tendência à venda de escravos para outras áreas da província, ou para o Centro-Sul, do que no caso do Agreste.

TABELA 6-A - ESTRUTURA DEMOGRÁFICA DA POPULAÇÃO ESCRAVA EM INVENTÁRIOS DO SERTÃO, 1770-1887 (VALORES ABSOLUTOS)

Faixas de Idade	1770-1849			1850-1887		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
De 0 a 14	168	177	345	70	46	116
De 15 a 40	205	150	355	34	36	70
De 41 e +	76	41	117	14	10	24
Total	449	368	817	118	92	210

**TABELA 6-B - ESTRUTURA DEMOGRÁFICA DA POPULAÇÃO
ESCRAVA EM INVENTÁRIOS DO SERTÃO, 1770-1887
(PORCENTAGENS)**

Faixas de Idade	1770-1849			1850-1887		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
De 0 a 14	37,4	48,1	42,2	59,3	50,0	55,2
De 15 a 40	45,7	40,8	43,5	28,8	39,1	33,3
De 41 e +	16,9	11,1	14,3	11,9	10,9	11,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

b) Como no Agreste, nota-se, no período antes de 1850, um índice de masculinidade alto (137), na faixa etária mais produtiva (mas não no período 1851-1888). Também aqui se observa que esse índice é maior para os escravos africanos (168) do que para os nascidos no Brasil (128), na faixa etária de 15 a 40 anos; mas, ao contrário do Agreste, esse último índice é ainda alto, sugerindo uma preferência por escravos do sexo masculino independentemente da composição de gêneros no tráfico. Ou seja, haveria um viés do lado da demanda, com maior procura por escravos que por escravas (contrariamente à hipótese de Klein). Se pensarmos no tipo de atividade produtiva mais comum nessa região, isso faria sentido, já que o manejo do gado é geralmente tarefa masculina. Mas será necessário que se tenha maior informação sobre as atividades tipicamente exercidas pela mão-de-obra cativa na região, antes de qualquer ilação nesse sentido.¹²

Da mesma forma como no Agreste, observa-se no Sertão que o índice de masculinidade é maior na faixa etária acima de 40 anos (cf. a Tabela 6-A).

c) Ao contrário do Agreste, havia, no Sertão, ampla predominância de escravos nascidos no Brasil, mesmo antes da extinção do tráfico, tanto entre homens (72,2%) como entre mulheres (77,3%) - cf. a Tabela 7-A. Depois de 1850, o número de africanos é insignificante (Tabelas

12 Índices de masculinidade citados no parágrafo: $205/150 \times 100 = 137$; $148/116 \times 100 = 128$; $57/34 \times 100 = 168$. Cf. Tabelas 6-A e 7-A.

8-A, 8-B). A grande ocorrência de escravos crioulos, no período anterior a 1850, faz pensar na possibilidade de que a taxa de natalidade da população escrava superasse a de mortalidade, no Sertão.¹³ Mas aqui também será necessário aguardar mais pesquisas antes de se fazer afirmativas mais positivas.

TABELA 7-A - ESTRUTURA DEMOGRÁFICA DA POPULAÇÃO ESCRAVA EM INVENTÁRIOS DO SERTÃO, POR SEXO, 1770-1849 (VALORES ABSOLUTOS)

Faixas de Idade	Homens			Mulheres		
	Brasileiros	Africanos	Total	Brasileiros	Africanos	Total
De 0 a 14	161	7	168	170	7	177
De 15 a 40	148	57	205	116	34	150
De 41 e +	49	27	76	29	12	41
Total	358	91	449	315	53	368

TABELA 7-B - ESTRUTURA DEMOGRÁFICA DA POPULAÇÃO ESCRAVA EM INVENTÁRIOS DO SERTÃO POR SEXO, 1770-1849 (PORCENTAGENS)

Faixas de Idade	Homens			Mulheres		
	Brasileiros	Africanos	Total	Brasileiros	Africanos	Total
De 0 a 14	95,8	4,2	100,0	96,0	4,0	100,0
De 15 a 40	72,2	27,8	100,0	77,3	22,7	100,0
De 41 e +	64,5	35,5	100,0	70,7	29,3	100,0
Total	79,7	20,3	100,0	85,6	14,4	100,0

13 Cabe lembrar que tem sido sugerido, na literatura, que em certas regiões e períodos a expansão da população escrava, no Brasil, tenha decorrido principalmente do incremento natural, e não do tráfico; ver, por exemplo, BERGAD (1999), com referência ao caso de Minas Gerais, na primeira metade do século XIX. Esse é um tema ainda controverso.

TABELA 8-A - ESTRUTURA DEMOGRÁFICA DA POPULAÇÃO ESCRAVA EM INVENTÁRIOS DO SERTÃO, POR SEXO, 1850-1887 (VALORES ABSOLUTOS)

Faixas de Idade	Homens			Mulheres		
	Brasileiros	Africanos	Total	Brasileiros	Africanos	Total
De 0 a 14	70	0	70	46	0	46
De 15 a 40	34	0	34	36	0	36
De 41 e +	11	3	14	9	1	10
Total	115	3	118	91	1	92

TABELA 8-B - ESTRUTURA DEMOGRÁFICA DA POPULAÇÃO ESCRAVA EM INVENTÁRIOS DO SERTÃO POR SEXO, 1850-1887 (PORCENTAGENS)

Faixas de Idade	Homens			Mulheres		
	Brasileiros	Africanos	Total	Brasileiros	Africanos	Total
De 0 a 14	100,0	-	100,0	100,0	-	100,0
De 15 a 40	100,0	-	100,0	100,0	-	100,0
De 41 e +	78,6	21,4	100,0	90,0	10,0	100,0
Total	97,5	2,5	100,0	98,9	1,1	100,0

Fonte: elaboração própria, a partir da amostra de inventários, IAHGP.

O que se pode concluir do exame de variáveis demográficas da população escrava do Agreste e Sertão é que elas são compatíveis com o que se poderia esperar, no caso de utilização produtiva do trabalho escravo. É relevante observar que tais características são análogas às observadas em estudos relativos à região litorânea da província, onde dominava a grande propriedade açucareira (ver, por exemplo, VERGOLINO, 1997). Tudo indica que a demanda por escravos, no Agreste e no Sertão, estava associada a sua utilização na produção e a um comportamento maximizador por parte dos senhores de escravos (no sentido de que sua demanda por trabalho cativo era determinada essencialmente por estímulos econômicos, e suas decisões a respeito eram comandadas pelo objetivo de maximizar lucros).

5. ESTRUTURA DA RIQUEZA

Os dados de inventários *post mortem* permitem uma análise da estrutura da riqueza possuída pelos inventariados e fornecem, assim, uma fonte para resposta a indagações referentes ao peso relativo de cada categoria de bens no total de ativos - especialmente o estoque de escravos - e à evolução desses pesos ao longo do tempo. As Tabelas 9 a 16 mostram a participação relativa dos vários tipos de ativos, no Agreste e no Sertão, a partir de uma divisão por subperíodos: 1770-1819, 1820-1849 e 1850-1887. A idéia dessa periodização é distinguir fases em que há razões para supor que o preço relativo dos escravos tenha variado significativamente. Entre 1820 e 1840 parece ter-se registrado uma tendência ao crescimento dos preços de escravos, em contraste com as décadas anteriores, de preços relativamente estáveis. E certamente houve um substancial aumento de preços depois da extinção do tráfico, em 1850, especialmente até meados da década de 1860.¹⁴

Os bens inventariados foram classificados nas seguintes categorias: **Dinheiro**; **Metais** (abrangendo objetos de ouro, prata, cobre e pedras preciosas); **Móveis**; **Equipamentos** (abrangendo objetos e utensílios ligados a atividades produtivas); **Animais**; **Escravos**; **Casas, Sítios e Terras** (CS&T); **Dívida Ativa** (créditos do falecido); e **Lavras e Safras** (L&S) (valor realizável de produtos agrícolas). A última coluna das Tabelas 9 a 16 mostra a **Dívida Passiva** (débitos deixados pelo falecido), também como proporção do valor total dos ativos.

14 O programa de pesquisa de que o presente trabalho é parte fornecerá dados, até agora extremamente escassos, sobre a evolução de preços de escravos em Pernambuco; as informações sobre preços estão sendo sistematizadas e serão objeto de próxima publicação. As afirmativas acima sobre a tendência dos preços derivam de nossos resultados preliminares e também de dados para outras regiões; cf. BERGAD (1999, p. 163 e ss.) para preços de escravos em Minas Gerais; M. J. S. ANDRADE (1988) para dados relativos à Bahia; e EISENBERG (1974, p. 153 e ss.) para números referentes à Zona da Mata pernambucana, no período posterior à extinção do tráfico. Trata-se aqui de preços nominais; a evolução dos preços reais de escravos é questão problemática, dada a indisponibilidade de índices de preços de base ampla, para o período.

TABELA 9 - PERNAMBUCO: ESTRUTURA DA RIQUEZA EM INVENTÁRIOS DO AGRESTE, 1770-1819

Estratos (número de escravos)	Número de inventários	Estrutura da Riqueza (porcentagens)										
		Dinheiro	Metais	Móveis	Equipamentos	Animais	Escravos	CS & T	Div Ativa	L & S	Subtotal	Div Passiva
Nenhum escravo	9	4,76	2,12	3,36	0,31	58,15	-	25,54	5,77	-	100,00	15,41
De 1 a 5	24	0,27	2,63	3,96	0,78	23,33	32,96	22,88	11,82	1,37	100,00	9,47
De 6 a 10	20	0,38	3,03	1,26	0,41	14,21	48,14	21,79	8,05	2,72	100,00	6,02
De 11 a 20	8	0,15	2,68	0,94	0,23	21,72	43,69	16,95	12,58	1,08	100,00	18,61
Mais de 20	1	-	1,47	1,40	0,35	35,93	42,72	16,14	2,00	-	100,00	0,80
Total	62	0,39	2,69	1,77	0,42	21,38	41,87	20,13	9,73	1,64	100,00	10,65

Fonte: elaboração própria, a partir da amostra de inventários, IAHGP.

TABELA 10 - PERNAMBUCO: ESTRUTURA DA RIQUEZA EM INVENTÁRIOS DO AGRESTE, 1820-1849

Estratos (número de escravos)	Número de inventários	Estrutura da Riqueza (porcentagens)										
		Dinheiro	Metais	Móveis	Equipamentos	Animais	Escravos	CS & T	Div Ativa	L & S	Subtotal	Div Passiva
Nenhum escravo	14	0,19	2,28	0,38	0,22	44,57	-	27,90	24,46	-	100,00	2,33
De 1 a 5 escravos	45	0,17	2,75	1,00	0,30	28,50	45,18	14,53	6,44	1,12	100,00	6,98
De 6 a 10 escravos	22	0,39	1,43	1,08	0,42	12,28	62,49	14,30	5,35	2,24	100,00	11,05
De 11 a 20 Escravos	14	0,43	2,68	0,56	0,24	14,60	60,11	12,13	7,82	1,44	100,00	6,11
Mais de 20 Escravos	11	4,41	1,13	0,44	0,18	11,53	49,42	22,29	5,72	4,89	100,00	0,93
Total	106	2,99	1,54	0,58	0,23	14,37	50,72	19,53	6,35	3,71	100,00	3,26

Fonte: elaboração própria, a partir da amostra de inventários, IAHGP.

TABELA 11 - PERNAMBUCO: ESTRUTURA DA RIQUEZA EM INVENTÁRIOS DO AGRESTE, 1850-1887

Estratos (número de escravos)	Número de inventários	Estrutura da Riqueza (porcentagens)										
		Dinheiro	Metais	Móveis	Equipamentos	Animais	Escravos	CS & T	Dív Ativa	L & S	Subtotal	Dív Passiva
Nenhum Escravo	98	0,85	1,50	9,74	0,83	51,78	-	23,96	8,55	2,80	100,00	11,68
De 1 a 5 escravos	108	0,99	3,03	1,72	0,29	23,08	46,83	15,21	8,02	0,82	100,00	9,27
De 6 a 10 escravos	46	1,02	0,97	1,94	0,31	16,72	42,04	20,31	16,50	0,19	100,00	10,09
De 11 a 20 Escravos	15	0,40	0,47	0,46	0,37	18,89	56,88	14,59	7,03	0,90	100,00	2,03
Mais de 20 Escravos	9	0,20	0,37	0,19	0,14	15,37	35,29	15,78	30,34	2,32	100,00	4,15
Total	276	0,68	1,21	1,82	0,30	20,68	39,30	17,51	17,24	1,26	100,00	7,34

Fonte: elaboração própria, a partir da amostra de inventários, IAHGP.

TABELA 12 - PERNAMBUCO: ESTRUTURA DA RIQUEZA EM INVENTÁRIOS DO AGRESTE, 1770-1887

Estratos (número de escravos)	Número de inventários	Estrutura da Riqueza (porcentagens)										
		Dinheiro	Metais	Móveis	Equipamentos	Animais	Escravos	CS & T	Dív Ativa	L & S	Subtotal	Dív Passiva
Nenhum Escravo	121	0,87	1,57	9,00	0,78	51,41	-	24,25	9,57	2,56	100,00	11,12
De 1 a 5 escravos	177	0,85	2,98	1,72	0,31	23,81	46,04	15,44	7,97	0,88	100,00	8,97
De 6 a 10 escravos	88	0,93	1,13	1,82	0,33	16,15	44,34	19,83	14,94	0,53	100,00	9,95
De 11 a 20 Escravos	37	0,38	1,21	0,54	0,33	18,19	56,26	14,26	7,79	1,05	100,00	4,70
Mais de 20 Escravos	21	1,90	0,68	0,30	0,16	13,97	41,08	18,42	20,13	3,34	100,00	2,82
Total	444	1,21	1,34	1,53	0,29	19,23	42,08	18,08	14,39	1,85	100,00	6,51

Fonte: elaboração própria, a partir da amostra de inventários, IAHGP.

TABELA 13 - PERNAMBUCO: ESTRUTURA DA RIQUEZA EM INVENTÁRIOS DO SERTÃO, 1770-1819

Estratos (número de escravos)	Número de Inventários	Estrutura da Riqueza (porcentagens)										
		Dinheiro	Metais	Móveis	Equipamentos	Animais	Escravos	CS & T	Div. Ativa	L & S	Subtotal	Div Passiva
Nenhum	3	2,15	2,64	1,75	1,93	34,58	-	6,28	50,68	-	100,00	-
De 1 a 5	16	0,13	3,23	5,82	0,51	36,63	34,20	10,53	8,85	0,12	100,00	16,76
De 6 a 10	13	1,12	3,67	11,40	0,40	31,95	27,13	12,67	11,54	0,12	100,00	14,72
De 11 a 20	7	1,28	4,10	1,23	0,32	29,01	33,65	10,30	19,70	0,40	100,00	5,03
Mais de 20	1	5,46	1,08	0,42	0,08	38,82	10,97	17,21	25,96	-	100,00	0,94
Total	40	1,77	3,27	5,41	0,36	33,00	27,08	12,30	16,63	0,18	100,00	9,51

Fonte: elaboração própria, a partir da amostra de inventários, IAHGP.

TABELA 14 - PERNAMBUCO: ESTRUTURA DA RIQUEZA EM INVENTÁRIOS DO SERTÃO, 1820-1849

Estratos (número de escravos)	Número de inventários	Estrutura da Riqueza (porcentagens)										
		Dinheiro	Metais	Móveis	Equipamentos	Animais	Escravos	CS & T	Div. Ativa	L & S	Subtotal	Div Passiva
Nenhum	21	1,55	2,95	4,74	0,64	71,13	-	13,12	5,88	-	100,00	2,64
De 1 a 5	49	1,33	3,76	1,54	0,39	43,39	34,65	11,44	3,50	-	100,00	3,83
De 6 a 10	24	2,26	2,97	0,83	0,20	35,12	45,07	11,25	2,32	-	100,00	3,31
De 11 a 20	16	3,61	2,44	1,17	0,16	48,79	21,05	11,34	11,43	0,01	100,00	3,58
Mais de 20	2	16,91	3,38	0,18	0,08	23,45	41,67	5,89	8,43	-	100,00	0,35
Total	112	3,56	2,89	1,20	0,22	43,36	30,46	11,06	7,24	0,00	100,00	3,34

Fonte: elaboração própria, a partir da amostra de inventários, IAHGP.

TABELA 15 - PERNAMBUCO: ESTRUTURA DA RIQUEZA EM INVENTÁRIOS DO SERTÃO, 1850-1887

Estratos (número de escravos)	Número de inventários	Estrutura da Riqueza (porcentagens)										
		Dinheiro	Metais	Móveis	Equipamentos	Animais	Escravos	CS & T	Dív Ativa	L & S	Subtotal	Dív Passiva
Nenhum	10	4,52	2,08	5,35	0,77	61,92	-	20,02	3,80	1,54	100,00	13,54
De 1 a 5	24	0,32	2,33	1,44	0,09	22,68	43,90	27,88	1,36	0,01	100,00	5,50
De 6 a 10	13	0,30	2,40	1,00	0,38	20,80	51,26	21,55	2,23	0,08	100,00	3,34
De 11 a 20	3	-	0,60	0,42	0,08	13,68	72,36	11,09	1,77	-	100,00	0,53
Mais de 20	1	-	0,54	0,10	0,01	27,28	49,02	14,53	8,52	-	100,00	-
Total	51	0,38	1,72	1,02	0,20	23,77	49,05	20,24	3,53	0,10	100,00	3,21

Fonte: elaboração própria, a partir da amostra de inventários, IAHPG.

TABELA 16 - PERNAMBUCO: ESTRUTURA DA RIQUEZA EM INVENTÁRIOS DO SERTÃO, 1770-1887

Estratos (número de escravos)	Número de inventários	Estrutura da Riqueza (porcentagens)										
		Dinheiro	Metais	Móveis	Equipamentos	Animais	Escravos	CS & T	Dív Ativa	L & S	Subtotal	Dív Passiva
Nenhum	34	2,99	2,52	4,86	0,77	64,73	-	16,01	7,37	0,73	100,00	7,66
De 1 a 5	89	0,78	3,09	1,91	0,27	33,77	38,61	18,47	3,09	0,02	100,00	5,79
De 6 a 10	50	1,29	2,84	2,45	0,30	28,81	44,96	15,65	3,64	0,05	100,00	5,00
De 11 a 20	26	2,88	2,41	1,09	0,17	42,08	28,89	11,18	11,24	0,05	100,00	3,38
Mais de 20	4	4,70	1,27	0,17	0,04	28,24	41,32	13,00	11,27	-	100,00	0,23
Total	203	2,21	2,53	1,67	0,23	35,15	36,58	14,45	7,12	0,06	100,00	4,08

Fonte: elaboração própria, a partir da amostra de inventários, IAHPG.

5.1 Inventários do Agreste

Na composição de ativos para o Agreste, mostrada na Tabela 12, derivada da análise dos 444 inventários provenientes daquela região, e que abrange todo o período 1770-1887, chamam atenção os seguinte pontos:¹⁵

- a) Metais preciosos e mobiliário são, em conjunto, uma proporção pouco significativa do valor total do monte apurado - menos de 2%, em média -, sugerindo uma baixa tendência a gastos suntuários. O exame da relação de bens nos inventários individuais revela, de fato, grande parcimônia de equipamento doméstico; julgado por esse padrão, o nível de conforto das residências do Agreste, mesmo no caso de pessoas de grandes posses, parece quase espartano (observações nesse sentido são, aliás, freqüentes nos relatos de viajantes estrangeiros do século XIX, não só no Nordeste como em outras regiões).
- b) A pequena importância relativa dos equipamentos produtivos (como os destinados a descaroçar algodão ou ralar mandioca), em média 0,3% do total, é coerente com o baixo nível de investimentos associado às atividades produtivas típicas da região, como visto acima.
- c) O peso relativo de Animais, de um lado, e de Casas, Sítios e Terras, de outro, é da mesma ordem de grandeza: próximo de 20%, em média. No entanto, a proporção do valor de Animais no total tende a decrescer quando aumenta o número de escravos possuídos, o que não é nítido no caso dos bens imóveis. Isso pode sugerir que maiores plantéis de escravos estariam mais associados ao cultivo do que à criação, o que é compatível com o fato de ser esta última atividade pouco intensiva em mão-de-obra.
- d) A alta proporção média de dívidas ativas no monte de riqueza (14%) indica que muitos aplicavam seus recursos em empréstimos interpessoais, na ausência de outras formas de aplicação financeira. É importante ressaltar que não há qualquer menção, em nenhum dos

15 Os resultados reportados nesta subseção confirmam os de VERSIANI & VERGOLINO (2000), baseados numa amostra menor de inventários do Agreste (112).

inventários examinados, à posse de ativos financeiros, como depósitos bancários, apólices ou ações.¹⁶ Por outro lado, a porcentagem de dívidas passivas é também significativa, especialmente nos estratos inferiores (com baixo nível de posse de escravos e de riqueza): quanto menor a riqueza, maior a tendência ao endividamento. No que toca às dívidas **ativas** parece prevalecer o padrão oposto: o maior percentual (20%) é o do estrato superior. O que faz sentido: os mais ricos tenderiam a emprestar para os menos afortunados;

- e) finalmente, e da maior importância do nosso ponto de vista, constata-se que o valor do plantel de escravos superava o de qualquer outro ativo, em todos os estratos (exceto, naturalmente, o daqueles que não possuíam escravos): 42%, em média. Ou seja, para quem tinha escravos, estes constituíam a parcela mais valiosa de sua riqueza. Não só isso, como tal nível de participação relativa do estoque de escravos no monte inventariado é excepcionalmente alto, quando comparado ao que se observa em estudos análogos para outras regiões do País, referentes ao século XIX.¹⁷

A separação de dados do Agreste por subperíodos traz elementos adicionais com referência a esse último ponto. As Tabelas 9, 10 e 11 mostram a estrutura da riqueza para os anos 1770-1819, 1820-1849, e 1850-1887, respectivamente.

A comparação entre as Tabelas 9 (relativa aos anos de 1770 a 1819) e 10 (1820-1849) mostra uma tendência ao aumento no peso relativo dos estoques de escravos na riqueza. Tal tendência, dado que o nível de preços da mão-de-obra cativa tenha subido entre os dois períodos, pode sugerir uma

16 Isso contrasta com os dados de Kátia Mattoso relativos a inventários de Salvador, Bahia: aí foi comum a ocorrência de títulos ou depósitos, como forma de riqueza, especialmente a partir de 1840. (MATTOSO, 1992, cap. 31) Isso transparece também dos números de MELLO (1985), para São Paulo, a partir da década de 1860, e FRAGOSO (1992, p. 255) para a cidade do Rio de Janeiro.

17 Cf. os dados de EISENBERG (1974, p. 58) para a Zona da Mata pernambucana; MATTOSO (1992, cap. 31) para Salvador; MELLO (1985) para São Paulo; FRAGOSO (1992, p. 255) para o Rio de Janeiro. Sobre esse ponto, v. VERSIANI & VERGOLINO (2000).

baixa elasticidade-preço da procura por escravos no Agreste. Esta sugestão é reforçada pelo cotejo das Tabelas 10 e 11 (esta última referente a 1850-1887): embora a proporção da riqueza aplicada em escravos tenha diminuído, em média, após a extinção do tráfico em 1850, a redução foi relativamente moderada; “Escravos” é ainda o item mais importante dos ativos inventariados nos anos 1850-1887. E cabe ressaltar que, no caso de quem possuía de 1 a 5 escravos apenas (grupo que representa cerca de 40% do número total de quem possuía escravos, nos três subperíodos considerados), não houve, de fato, redução alguma: nesse grupo, a proporção relativa das várias formas de riqueza mantém-se praticamente constante, antes e depois de 1850.

Ou seja: os proprietários de escravos do Agreste, e especialmente os pequenos proprietários, não mostraram inclinação a reduzir substancialmente o peso relativo do plantel de cativos em sua riqueza, mesmo depois da considerável subida de preços ocorrida na segunda metade do século XIX.

5.2 Inventários do Sertão

A Tabela 16 mostra a estrutura de ativos correspondente aos 203 inventários do Sertão, no período 1770-1887, e suscita os seguintes comentários:

- a) Assim como no caso do Agreste, o peso nos ativos totais dos haveres em metais preciosos e mobiliário é reduzido (cerca de 4%), e o dos equipamentos ligados à produção, insignificante (0,2%).
- b) Como seria de se esperar, dada a maior importância da atividade criatória no Sertão, a proporção média da riqueza referente a rebanhos de animais é quase duas vezes a observada no Agreste: cerca de 35%. De outra parte, as referências, nos inventários, a produtos agrícolas a realizar (“Lavras e Safras”) são escassas, e o valor médio desse item é irrelevante.
- c) Aqui também aplicações em empréstimos interpessoais aparecem como uma forma significativa de manter riqueza, especialmente para indivíduos mais ricos.

- d) Surpreendentemente, o valor do estoque de escravos é, da mesma forma como no Agreste, o item de maior peso na riqueza total avaliada nos inventários, equiparando-se em importância relativa ao valor dos rebanhos. Este é um achado inesperado, diante da crença muito difundida de que o uso da mão-de-obra escrava seria limitado, numa economia que tinha na pecuária extensiva sua atividade produtiva predominante. E cabe notar que, para os pequenos proprietários, os que não possuíam mais que 10 escravos, os números da Tabela 16 mostram que o valor do plantel de escravos era significativamente superior ao do gado possuído.

A comparação entre períodos, proporcionada pelos dados das Tabelas 13, 14 e 15, mostra também um aspecto imprevisito: o aumento continuado do peso relativo dos escravos nos ativos totais, passando de uma média de 27%, em 1770-1819, para 31%, em 1820-1849, e atingindo 49% no período 1850-1887. Ou seja, os senhores de escravos, no Sertão, mostravam, aparentemente, grande resistência em se desfazer da mão-de-obra cativa - mais ainda do que no caso do Agreste -, num período em que os preços de escravos aumentaram substancialmente.

5.3 Escravos e Riqueza: Comparação com Outras Regiões

Uma indagação que naturalmente se coloca refere-se à comparação entre os resultados acima e os derivados de estudos análogos para outras regiões do País. Não há muitos trabalhos com a mesma abrangência temporal, mas os existentes mostram contraste sugestivo com o que foi aqui reportado. Dados sobre a participação de escravos na riqueza de seus senhores mostram, em geral, um decréscimo acentuado na proporção da riqueza aplicada em escravos ao longo do século XIX. No citado estudo de Zélia C. de Mello, por exemplo, com base em inventários de São Paulo, há uma redução constante em tal parcela no período 1845-1887: a relação passa de 32% a 8%, entre o início e o fim do período. (MELLO, 1985, p. 153 e ss.) Em seu trabalho sobre a Bahia, Kátia Mattoso encontrou também queda generalizada naquela proporção, entre a primeira e a segunda metade do século XIX, nos inventários de quase todas as categorias de atividade ou

profissão (seus dados permitem identificar, com certo detalhe, quem eram os inventariados, o que não sucede nos documentos cartoriais que analisamos). Uma exceção relevante são os inventários de senhores de engenho: nesse caso, Mattoso observou, ao contrário, uma tendência ao aumento no peso relativo de escravos, entre os dois períodos, apesar da alta nos preços de escravos. (MATTOSO, 1992, p. 616-42)¹⁸

O caso dos senhores de engenho pode ser explicado a partir de proposições da economia do escravismo, como visto acima: existem razões para se supor que a mão-de-obra escrava tenha vantagens comparativas no cultivo da cana-de-açúcar em regime de *plantation*. Na configuração clássica em que a escravidão se associa à grande lavoura voltada à monocultura de exportação, há argumentos para justificar uma baixa elasticidade de substituição da mão-de-obra escrava pela livre.

Mas o que é intrigante é que se encontrem indícios disso em situações onde a organização da produção e as relações de trabalho eram inteiramente distintas, como no Agreste e no Sertão pernambucanos. Tendo em conta o substancial aumento no custo da mão-de-obra escrava, que pelo visto ocorreu depois de 1850, seria de se esperar que o produtor escravista buscasse substituir o trabalho forçado pelo trabalho livre - a não ser que o primeiro fosse, de alguma forma, superior ao segundo, a ponto de tornar aquela substituição não compensatória. No entanto, a criação de gado, o cultivo do algodão ou de produtos alimentares, por pequenos proprietários, usando pequeno número de escravos - essas não são atividades em que se poderia supor, *a priori*, que o trabalho escravo tivesse vantagem comparativa sobre o trabalho livre. É verdade que a substituição do trabalho escravo pode ser dificultada, ou mesmo impossibilitada, numa situação em que a oferta de trabalho livre seja inelástica. Mas é difícil supor que houvesse esse tipo de restrição na região e período considerados: relatos históricos apontam, ao contrário, para uma utilização crescente de mão-de-obra livre no

18 Curiosamente, Mattoso também não observou tendência a redução no peso relativo dos escravos após 1850, em inventários de comerciantes de Salvador, e registra mesmo a ocorrência de grande número de escravos em alguns inventários dessa categoria, ainda na década de 1870. (MATTOSO, 1992, p. 616-42)

Nordeste, ao longo do século XIX (ver, por exemplo, M. C. ANDRADE, 1998[1963], caps 3 e 4). Não há, assim, uma explicação imediata para os resultados relatados nesta seção, mas eles revelam, de qualquer forma, uma situação pouco condizente com a visão estabelecida sobre a lógica da utilização de trabalho escravo.

Em particular, a questão da relação entre uma economia baseada na pecuária, como no Sertão, e a utilização de mão-de-obra escrava tem sido abordada com frequência na literatura. Cabe examiná-la mais de perto.

6. ESCRAVOS E GADO

A idéia de que a utilização de mão-de-obra escrava não poderia coexistir com a atividade pecuária extensiva, no Sertão nordestino, tem raízes antigas na literatura, embora com racionalizações diferentes. Pode-se distinguir pelo menos três argumentos utilizados para justificar esse suposto antagonismo.

Para alguns, os negros, como raça, seriam inaptos para tal tipo de trabalho. Esse argumento aparece nos relatos de alguns dos viajantes-cronistas do século XIX: Tollenare, por exemplo, ao afirmar que havia poucos escravos nas fazendas de gado de Pernambuco, justifica isso pelo argumento de que o trato do gado exigiria *“homens robustos, corajosos, ativos e inteligentes”*, *“um vigor e uma coragem que só o interesse pode manter”*; por conseguinte, *“este trabalho não pode ser feito pelos negros, em geral muito fracos e indolentes.”* (TOLLENARE, 1978[1816-17], p. 111;123) Essa mesma visão tingida de racismo foi expressa, na mesma época, no relato de outro viajante francês, Ferdinand Denis: segundo ele, haveria poucos negros no sertão de Minas Gerais porque *“aqui, como no sertão de Pernambuco, a incúria inerente à sua raça faz com que em geral se receie confiar-lhes os rebanhos.”* (DENIS, 1980[1837], p. 384)

Um outro viajante do período, Saint-Hilaire, apresentou um argumento mais respeitável. Referindo-se à província de Minas Gerais, que ele percorreu longamente, faz uma distinção entre o sertão, no norte da província,

onde o gado era criado de forma extensiva, espalhado em grandes áreas, e o sul, onde a exploração do gado era mais intensiva em mão-de-obra, ficando os animais, e os escravos, mais próximos dos olhos do proprietário. No primeiro caso, a vigilância de trabalhadores escravos se configuraria como um problema, enquanto no segundo caso isso não ocorreria. Dessa forma, nas fazendas do sertão, “*em geral, não se gosta de confiar as funções de vaqueiro a escravos, porque os que as exercem vivem ordinariamente longe das vistas do senhor.*” Já no sul, como no vale do Rio Grande - área em que “*os animais não ficam entregues a si mesmos, como ocorre no sertão*” - “*o cuidado dos animais é normalmente confiado a escravos.*” (SAINT-HILAIRE, 1975a [1830], p. 314; 1975b[1847], p. 50; ver também VERSIANI, 2000)

Uma terceira via de explicação se apóia no custo relativo da mão-de-obra escrava em relação à indígena, esta, em princípio, mais barata, e parte de uma pressuposição diametralmente oposta à de Tollenare: o trabalho do gado seria fácil, e por isso adequado ao emprego de índios no processo produtivo. Assim, o desenvolvimento da pecuária, nas fases iniciais da expansão da economia nordestina, teria se baseado essencialmente no trabalho indígena. É o argumento de Roberto Simonsen, presente também em Celso Furtado.¹⁹ Num período posterior, a pecuária absorveria o excedente populacional da região litorânea, atraindo homens livres que não tinham função econômica na produção açucareira.²⁰ O pressuposto implícito é que essa mão-de-obra livre, dada a baixa produtividade da economia criatória extensiva (um ponto muito ressaltado por Furtado), seria de uso mais vantajoso do que o trabalho de escravos, do ponto de vista do proprietário de terras.

19 Comparar: “*O trabalho nas fazendas de criar era incomparavelmente mais suave e mais adaptável ao temperamento dos incólas do que o rude labor dos engenhos em que o autóctone perecia em pouco tempo.*” (SIMONSEN, 1977[1937], p. 151) E em Furtado: “*O recrutamento de mão-de-obra para [a atividade criatória] baseou-se no elemento indígena que se adaptava facilmente à mesma.*” (FURTADO, 1976[1959], p. 58)

20 “[As] fazendas de criar [permitiram] também o descongestionamento dos engenhos de açúcar do litoral. Para as novas sesmarias [...] afluíram os indivíduos que não dispunham de emprego estritamente produtivo, ou vadios, isto é, as populações livres dos mestiços de toda casta.” (SIMONSEN, 1977[1937], p. 153) “*Não havendo ocupação adequada na região açucareira para todo o incremento de sua população livre, parte desta era atraída pela fronteira móvel do interior criatório.*” (FURTADO, 1976[1959], p. 63)

Uma ou outra das racionalizações acima - com exceção daquela de fundo racista - pode ser encontrada em vários outros autores modernos. O argumento da dificuldade de vigilância está explicitado, por exemplo, em Caio Prado Júnior e Alberto Passos Guimarães.²¹ Em outra de suas obras, Caio Prado combina esse raciocínio com o baseado no cotejo de custos e produtividade, quando procura explicar por que, ao contrário do Nordeste, a pecuária do sul de Minas Gerais utilizava regularmente mão-de-obra escrava. Isso decorreria não só “*de uma sedentariedade maior das ocupações [em Minas] em confronto com as do Nordeste, e mais compatíveis com o trabalho escravo*” (ou seja, com maior facilidade de controle e vigilância), mas seria “*efeito também do nível econômico superior da pecuária sul-mineira, o que lhe permite o emprego de mais capital*” (a maior produtividade do trabalho justificando, aqui, o investimento em escravos). (PRADO JR., 1981[1942], p. 200)

Seja como for, a idéia de um antagonismo entre gado e escravos, no caso da pecuária extensiva do sertão nordestino, adquiriu, para muitos, quase a natureza de uma verdade auto-evidente, a ponto que alguns autores não julgaram necessário fundamentá-la. É o caso, por exemplo, da afirmativa de Nelson Werneck Sodré, acima citada, sobre a suposta “incompatibilidade” entre pecuária e mão-de-obra cativa; ela vem desacompanhada de qualquer justificativa. (SODRÉ, 1962, p. 123)

Em confronto com a evidência de que, de fato, havia um número expressivo de escravos em áreas do Nordeste onde predominava a atividade criatória (o que ficou claro, por exemplo, a partir dos dados da matrícula de escravos determinada pela Lei do Ventre Livre, em 1871, e também no Censo de 1872), estudiosos contemporâneos recorreram a uma explicação extra-econômica: isso seria devido ao “*orgulho que tinham algumas famílias de demonstrar opulência pelo número de cativos que possuíam.*”²² O mesmo argu-

21 “*Nestes territórios imensos [do sertão nordestino], pouco povoados e sem autoridades, é difícil manter a necessária vigilância sobre trabalhadores escravos.*” (PRADO JR., 1974[1945], p. 45). Ver também GUIMARÃES (1968, p. 69)

22 JOFFILY (1977[1892], *apud* GALLIZA, 1979, p. 81).

mento se repetiria em Capistrano de Abreu, no contexto de uma explicação da presença de escravos africanos no sertão nordestino, nas fases iniciais da expansão da pecuária na região, nos séculos XVII e XVIII: os cativos estariam ali “*não como fator econômico, mas como elemento de magnificência e fausto.*” (CAPISTRANO DE ABREU, 1988[1907], p. 172) Raciocínio análogo pode também ser encontrado na literatura mais recente: para Clóvis Moura, por exemplo, os escravos, na área de criação de gado do Nordeste, não seriam elementos integrados ao processo de trabalho, mas, como fugitivos ou quilombolas, fatores “perturbadores”.²³

Em contraste com essa ampla convicção sobre a não utilização produtiva de escravos na pecuária extensiva nordestina, a literatura registra numerosos indícios que apontam em sentido contrário. Isso remonta aos relatos dos viajantes, no século XIX: Spix e Martius, por exemplo, referem-se à utilização de trabalho escravo no Piauí, nas mais de trinta fazendas de gado que, antes propriedade dos jesuítas, haviam passado à Coroa quando da expulsão destes. (SPIX & MARTIUS, 1981[1823-31], v. 2, p. 237-38) Gardner menciona sua visita a uma grande propriedade pecuária, também no Piauí, com mais de cinco mil cabeças de gado, onde havia cerca de trinta habitações de escravos - indicando, portanto, a existência de várias dezenas de cativos. (GARDNER, 1975[1846], p. 116-17) Há também notícia da utilização de escravos negros, no Piauí, pelos próprios jesuítas, e antes deles por outros grandes criadores de gado da província, ainda no século XVII.²⁴ Nada poderia fazer supor, nos casos mencionados, que os escravos não estivessem sendo utilizados produtivamente.

Outro dos viajantes novecentistas que reportou o uso de mão-de-obra escrava de origem africana na pecuária foi Alfred Wallace, referindo-se a uma fazenda que visitou na Ilha de Mexiana. (WALLACE, 1979[1853], p. 65 e ss.) A criação de gado nas grandes ilhas fluviais paraenses era feita de forma extensiva, como no sertão nordestino; e há menção a “grande número de

23 MOURA (1972, *apud* GALLIZA, 1979, p. 82).

24 Ver, sobre esse ponto: GOULART (1965, *apud* GORENDER, 1978, p. 415-16); MOTT (1977; 1979); FALCI (2000). MOTT (1979) contesta, com dados para o sertão piauiense, a idéia de que os indígenas tivessem se adaptado facilmente ao trabalho do gado, como Simonsen e Furtaido, entre outros, afirmaram.

escravos negros”, já no século XVIII, nas fazendas então mantidas por ordens religiosas, na Ilha de Marajó. (SALLES, 1971, p. 125) Nessa ilha, na década de 1820, a proporção de escravos sobre a população total era maior na região dos campos, onde se desenvolvia a criação de gado. (BEZERRA NETO, 2001, p. 80-81)

Também no Ceará há referência à utilização de mão-de-obra escrava em área de criação de gado, no Sertão de Inhamuns. (CHANDLER, 1972, cap. 7) Os escravos seriam mesmo considerados aí particularmente aptos para exercer o mister de vaqueiros.²⁵

Há ainda menção a escravos trabalhando em gado juntamente com homens livres, como no Maranhão, no início do século XIX. A expansão da oferta de trabalho livre, na região, iria reduzindo a vantagem comparativa da mão-de-obra cativa, nessa atividade. (GORENDER, 1978, p. 417-18) O aumento no preço dos escravos poderia ser outro fator dessa substituição de trabalho escravo por livre.

No caso da Paraíba, Galliza verificou que 38,2% do número total de escravos da província, no Censo de 1872, estavam em municípios do Sertão onde predominava a criação de gado; proporções análogas se observam em outros levantamentos populacionais, ao longo da segunda metade do século XIX. Dados relativos a uma dessas localidades, Piancó, para o ano de 1876, que discriminam os ofícios de 85% do total de escravos do município, mostram que 60% destes eram escravas de serviço doméstico (cozinheiras, costureiras, fiandeiras, rendeiras, engomadeiras e lavadeiras), e 34% eram descritos como “trabalhadores de enxada”. Os vaqueiros correspondiam a 3% do total (e o restante se distribuía entre várias ocupações, como ferreiro, carpina, pedreiro etc.) (GALLIZA, 1979, p. 40, 87 e ss.) Cabe lembrar que o cuidado do gado, em si, demandava muito pouca mão-de-obra, na pecuária extensiva do sertão nordestino;²⁶ por outro lado,

25 “General commentaries on slavery in Ceará state that the Negro was little suited to the life of a vaqueiro, but there are traditions in the Inhamuns which record that it was precisely the work of a vaqueiro to which the Negro was most suited.” (CHANDLER, 1972, p. 148)

26 Segundo SPIX & MARTIUS (1981[1823-31], v. 2, p. 238), dez escravos bastariam para vigiar uma boiada de mil cabeças. Ver também sobre esse ponto PRADO JR. (1981[1942], p. 190 e ss.).

a agricultura de subsistência, assim como a produção artesanal de vestuário e utensílios, ou os trabalhos de construção, eram intensivos em mão-de-obra. Todas essas atividades eram, como observou Galliza, indispensáveis à sustentação da atividade criatória. Assim, os números acima parecem indicar que os escravos eram empregados em todas as tarefas produtivas que se desenvolviam na região, da mesma forma como ocorreria no caso da utilização do trabalho livre. Isso converge com observações relativas ao uso do trabalho escravo em outras áreas onde predominava a pecuária.²⁷

A evidência sobre o caso de Pernambuco, aqui reportada, vem atestar, com base empírica ampla, a grande difusão da propriedade de escravos numa área de criação extensiva de gado. Nossos dados confirmam, assim, as indicações de vários autores, desde o século XIX, no sentido de que a crença tradicional numa “incompatibilidade” entre atividade pecuária e uso de mão-de-obra forçada - tão difundida na literatura, como apontado acima - parte de uma generalização incorreta.

Os dados por nós examinados não permitem classificar os escravos por atividade exercida, mas tudo indica que, tal como na Paraíba e do Ceará, a mão-de-obra escravizada do Sertão pernambucano também desempenhava todo um conjunto de tarefas ligadas, direta ou indiretamente, à criação de gado - sem exclusão do ofício de vaqueiro. O exame de inventários individuais mostra vários indícios nessa direção.

A racionalização mais sólida da suposta incompatibilidade do escravo com a pecuária parece ser, à luz do exposto acima, o argumento da vigilância (a idéia de que a dificuldade de vigiá-los impediria que se deixasse a escravos a lida do gado). Este argumento decorre, no entanto, de uma identificação do trabalho sob escravidão com o regime de *plantation*, onde os cativos,

27 Como assinalou Chandler, no caso do Sertão dos Inhamuns, no Ceará: “*In general, [slaves] were employed in diverse tasks involving domestic labor, care of animals, and subsistence agriculture, exactly the same work in which the great majority of free population was engaged.*” (CHANDLER, 1972, p. 148, grifo adicionado) Embora se referindo a um outro contexto, são similares os achados de IANNI (1962) para a região pecuarista paranaense: “*O escravo estava presente em todos os setores de atividade das fazendas, desde a criação de animais ao cultivo de gêneros alimentícios e ao artesanato doméstico.*” (Apud GORENDER, 1978, p. 420)

organizados em turmas, trabalham sob a fiscalização imediata e a autoridade coerciva de um feitor. Mas, como vimos, essa identificação é incorreta: o regime de *plantation* só faz sentido quando as tarefas exercidas são, predominantemente, intensivas em esforço. Não é esse o caso das tarefas ligadas à pecuária, à agricultura alimentar de pequena escala ou ao artesanato doméstico: aqui a organização do trabalho assume outras formas, não baseadas na coerção direta e na vigilância estrita; os escravos freqüentemente trabalham lado a lado com seus donos, ou mesmo exercem a função de administrar a atividade produtiva, na ausência dos proprietários.²⁸ No Sertão de Pernambuco, a evidência referente ao tamanho dos plantéis de escravos mostra claramente que não havia lugar para a produção sob o sistema de *plantation*, na região. O que predominava era um outro sistema de organização do trabalho escravo, sobre o qual ainda se sabe relativamente pouco, mas onde a vigilância rigorosa dos cativos não era, certamente, um fator relevante.

CONCLUSÕES

1. Segundo levantamentos estatísticos da primeira metade do século XIX, confirmados pelos dados do Censo de 1872, entre 30% e 40% dos escravos da província de Pernambuco, no século XIX, não pertenciam a proprietários da Zona da Mata, onde se localizavam as grandes propriedades açucareiras, mas estavam no Agreste, região de algodão, gado e lavoura alimentar, e no Sertão, onde predominava a criação de gado.
2. Dados de inventários *post mortem* do Agreste e do Sertão indicam que esses escravos faziam parte, em geral, de pequenos plantéis: cerca de dois terços dos cativos, no Agreste, e nove décimos, no Sertão, pertenciam a senhores que tinham até 20 escravos.

28 Tanto o trabalho de escravos ao lado de seus senhores, na pecuária ou agricultura de pequena escala, quanto a existência de escravos-administradores, no caso de proprietários absenteístas, estão bem documentados na literatura dos viajantes do século XIX. Ver, por exemplo, VERSIANI (2000).

3. O perfil demográfico da população escrava é compatível com a hipótese de que os escravos do Agreste e do Sertão fossem usados na produção, a partir de um comportamento maximizador por parte de seus proprietários.
4. Análise da estrutura dos ativos mostra, tanto no Agreste como no Sertão, que o valor dos escravos possuídos era, em média, o item individualmente mais importante da riqueza inventariada. O aumento nos preços de escravos, após 1850, não provocou queda apreciável no peso relativo do valor dos escravos, nos inventários do Agreste; no caso do Sertão, esse peso de fato aumentou.
5. Esses resultados se contrapõem a uma crença, muito presente na literatura, de que o trabalho escravo não seria apropriado para as atividades produtivas tipicamente desenvolvidas no Agreste e no Sertão, no período: produção de algodão, criação de gado e pequena agricultura alimentar.
6. Os dados aqui examinados se juntam a outras evidências, vindas à luz no período recente, no sentido de mostrar a importância, no Brasil, da escravidão de pequenos plantéis, não ligada à grande propriedade agrária-exportadora. Essas evidências levantam indagações sobre a natureza da vantagem relativa do trabalho escravo, e põem em relevo a importância de maiores pesquisas sobre este tema.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Manuel Correia de. *O processo de ocupação do espaço regional do nordeste*. 2ª ed. Recife: Sudene, 1979. (Série Estudos Regionais, nº 1).
- _____. *A terra e o homem no nordeste*. 6ª ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1998. (Primeira edição em 1963).
- ANDRADE, Maria José de S. *A mão-de-obra escrava em Salvador, 1811-1860*. São Paulo: Corupio, 1988.
- BACELLAR, Carlos A. Prado. A escravidão miúda em São Paulo colonial. In: SILVA, M. B. Nizza da (org.), *Brasil: colonização e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

- BARICKMAN, B. J. *A Bahian counterpoint; sugar, tobacco, cassava, and slavery in the Recôncavo, 1780-1860*. Stanford: Stanford University Press, 1998.
- BARZEL, Yoram. An economic analysis of slavery. *Journal of Law and Economics*, v. 20, n. 1, p. 87-110, Apr. 1977.
- BERGAD, Laird W. *Slavery and the demographic and economic history of Minas Gerais, Brazil, 1720-1888*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- BEZERRA NETO, José Maia. *Escravidão negra no Grão Pará; séculos XVII-XIX*. Belém: Paka-Tatu, 2001.
- CAPISTRANO DE ABREU, João. *Capítulos de história colonial*. 7ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988. (Primeira edição em 1907).
- CHANDLER, Billy James. *The Feitosas and the Sertão dos Inhamuns; the history of a family and a community in Northeast Brazil, 1700-1930*. Gainesville: University of Florida Press, 1972.
- COSTA, Iraci del Nero da; NOZOE, Nelson H. Elementos da estrutura de posse de escravos em Lorena no alvorecer do século XIX. *Estudos Econômicos*, v. 19, n. 2, p. 319-345, 1989.
- DENIS, FERDINAND. *Brasil*. Trad. J. Etienne Filho e M. Lima. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980. (Primeira edição francesa em 1837).
- DOMAR, Evsey D. The causes of slavery and serfdom: a hypothesis. *Journal of Economic History*, v. 30, n. 1, p. 18-32, mar. 1970.
- EISENBERG, Peter L. *The sugar industry in Pernambuco, 1840-1910; modernization without change*. Berkeley: University of California Press, 1974.
- ESTATÍSTICA DO BRASIL [Censo de 1872]; *Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe*. Rio de Janeiro: Tipografia de G. Leuzinger e Filhos, s.d.
- FALCI, Miridan B. K. A escravidão nas áreas pecuaristas do Brasil. In: SILVA, M. B. Nizza da (org.), *Brasil: colonização e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- FIGUEIRA DE MELLO, Jeronymo Martiniano. *Ensaio sobre a estatística civil e política da Província de Pernambuco*. Recife: Conselho Estadual de Cultura, 1979. (Publicado originalmente em 1852).
- FENOALTEA, Stefano. Slavery and supervision in comparative perspective: a model. *Journal of Economic History*, v. 44, n. 3, p. 635-668, Sept 1984.
- FOGEL, Robert W.; ENGERMAN, Stanley L. *Time on the cross*. 2v. Boston: Little, Brown & Co., 1974.

- FRAGOSO, João L. Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 14^a ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1976. (Primeira edição em 1959).
- GALLIZA, Diana Soares de. *O declínio da escravidão na Paraíba, 1850-1888*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPb, 1979.
- GARDNER, George. *Viagem ao interior do Brasil*. Trad. de M. Amado. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975. (Primeira edição inglesa em 1846).
- GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1978.
- GOULART, José Alípio. *Brasil do boi e do couro*. Rio de Janeiro: GRD, 1965.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.
- IANNI, Octavio. *As metamorfoses do escravo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962.
- JOFFILY, Geraldo Ireneo. *Notas sobre a Parahyba*. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1892. (Reedição: Brasília: Thesaurus, 1977).
- KAHN, Charles. An agency approach to slave punishments and awards. In: FOGEL R.W; ENGERMAN, S. (eds.), *Without consent or contract; conditions of slave life and the transition to freedom*. (Technical Papers, v. 2). New York: Norton, 1992.
- KOSTER, Henry. *Viagens ao nordeste do Brasil*. Trad. Luiz da Câmara Cascudo. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1942. (Primeira edição inglesa em 1816).
- LUNA, Francisco Vidal. São Paulo: população, atividades e posse de escravos em vinte e cinco localidades (1777-1829). *Estudos Econômicos*, v. 28, n. 1, p. 99-169, jan./mar. 1998.
- LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci del Nero da. Posse de escravos em São Paulo no início do século XIX. *Estudos Econômicos*, v. 13, n. 1, p. 211-221, jan./abr. 1983.
- LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. Economia e sociedade escravista em Minas Gerais e São Paulo na década de 1830. Artigo apresentado no *XIII Economic History Congress* (International Economic History Association). Buenos Aires, julho de 2002.
- MARCONDES, Renato L. *A arte de acumular na economia cafeeira; Vale do Paraíba, século XIX*. Lorena: Stiliano, 1998.
- _____. A propriedade escrava no Vale do Paraíba paulista durante a década de 1870. *XXIX Encontro Nacional de Economia - Anais*. Salvador, dez. de 2001. (CD-rom).

- MATTOSO, Kátia M.Q. *Bahia, século XIX*; uma província no império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- MELLO, Zélia Maria Cardoso de. *Metamorfoses da riqueza*; São Paulo, 1845-1895. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1990.
- MOTT, Luiz. Descrição da Capitania de São José do Piauí, 1772. *Revista de História* 112, p. 544-574, 1977.
- _____. Os índios e a pecuária nas fazendas de gado do Piauí colonial. *Revista de Antropologia*, 22, p. 61-78, 1979.
- MOURA, Clóvis. *Rebeliões da senzala*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Conquista, 1972.
- PAIVA, Clotilde de A. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. 1996. Tese (Doutorado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*; colônia. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1957. (Primeira edição em 1942).
- _____. *História econômica do Brasil*. 17ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1974. (Primeira edição em 1945).
- SALLES, Vicente. *O negro no Pará*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1971.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Trad. V. Moreira. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975a. (Primeira edição francesa em 1830).
- _____. *Viagem às nascentes do rio São Francisco*. Trad. R. R. Junqueira. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975b. (Primeira edição francesa em 1847).
- SCHWARTZ, Stuart B. Patterns of slaveholding in the Americas: new evidence from Brazil. *American Historical Review*, v. 87, n. 1, p. 55-86, Feb. 1982.
- _____. *Sugar plantations in the formation of Brazilian society*; Bahia, 1550-1835. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- SIMONSEN, Roberto C. *História econômica do Brasil (1500/1820)*. 7ª ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL/MEC, 1977. (Primeira edição em 1937).
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1962.
- SPIX, Johann B. von; MARTIUS, Carl F. P. von. *Viagem pelo Brasil, 1817-1820*. Trad. L. F. Lahmeyer. 3v. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. (Primeira edição alemã em 1823-1831).
- TOLLENARE, L. F. de. *Notas dominicais*. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978. (Manuscrito de 1816-17)

- VERGOLINO, José Raimundo. A demografia escrava no nordeste do Brasil: o caso de Pernambuco - 1880/1888. *Revista Econômica do Nordeste*, v. 28, Número Especial, jul. 1997
- VERSIANI, Flávio Rabelo. Brazilian slavery: toward an economic analysis. *Revista Brasileira de Economia*, v. 48, n. 4, p. 463-478, out./dez. 1994.
- _____. Os escravos que Saint-Hilaire viu. *História Econômica e História de Empresas*, v. 3, n. 1, p. 7-42, 2000.
- VERSIANI, Flávio Rabelo; VERGOLINO, José Raimundo O. Escravos e estrutura da riqueza no agreste pernambucano, 1770-1887. *XXVIII Encontro Nacional de Economia - Anais*. Campinas, dez. de 2000. (publicado em CD-rom).
- WALLACE, Alfred Russel. *Viagens pelos rios Amazonas e Negro*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979. (Primeira edição inglesa em 1853).

Os autores agradecem, sem responsabilizá-los, aos participantes do XXVII Encontro da ANPEC que fizeram comentários e sugestões a versão anterior deste trabalho, em particular ao debatedor, Renato Marcondes, assim como a pareceristas anônimos desta revista. Agradecem também o competente trabalho de assistência técnica à pesquisa de Antônio Pessoa Nunes Neto e, na coleta de dados, de Tatiana Silva de Lima, Ivina de Moraes Peixoto e Glauber Guedes de Lima. O projeto de pesquisa tem o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, do qual os autores são bolsistas, e do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica – PROCAD, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

(Recebido em junho de 2002. Aceito para publicação em outubro de 2002).